



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, FINANÇAS, ORÇAMENTOS E TOMADAS DE CONTAS PARECER À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 (Processo TCE/MG nº 114.7870)

RELATÓRIO:

Conforme determinação do art. 43, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal, o Presidente desta Casa encaminhou para a análise desta comissão o parecer prévio exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em relação à prestação de contas do Poder Executivo de Bom Jardim de Minas relativa ao exercício de 2022, sob a responsabilidade de Joaquim Laércio Rodrigues.

O parecer opina pela aprovação das contas com algumas recomendações.

Após prazo razoável para manifestação, nenhum dos Senhores Edis solicitou qualquer informação sobre as contas junto a esta comissão, o que nos autoriza a elaborar nosso parecer sobre a matéria com base exclusivamente nas informações e documentos que instruíram o parecer prévio do Tribunal de Contas.

Da mesma forma, o Prefeito Interessado foi comunicado pelo Presidente da Câmara sobre o presente processo de julgamento de contas, mas também não se manifestou perante o Legislativo.

PARECER:

A Comissão de finanças analisou a documentação recebida do Tribunal de Contas, que consiste basicamente no parecer prévio, atestando que não foram detectadas irregularidades no processo de prestação de contas, entretanto, foram feitas algumas recomendações.

Segundo a metodologia que vem sendo adotada pelo Tribunal de Contas na emissão dos pareceres prévios às prestações de contas dos Municípios, verificamos que a análise formal deste processo enviado à Câmara levou em consideração apenas alguns elementos da gestão municipal, limitando-se a verificar o atendimento dos percentuais de gastos com saúde, educação, pessoal e abertura de créditos adicionais, e ainda o atendimento das metas do Plano Nacional de Educação;

Destaca-se que o Ministério Público de Contas opinou pela aprovação das contas em conformidade com o disposto no inciso I do art. 45 da Lei Complementar 102/2008.

Registra-se que não é do conhecimento desta comissão qualquer informação que aponte alguma irregularidade específica e dolosa do Prefeito na gestão da Administração Municipal no ano de 2022. Porém frisamos que o padrão de análise técnica do Tribunal de Contas não nos permite certificar a regularidade plena de todos os atos da Administração,



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

especialmente os atos individuais de despesas, as licitações, os contratos, os atos de admissão e gestão de pessoal, e outros.

Na análise formal feita pelo TCE, ainda que superficial, vê-se que os indicadores mais importantes de regularidade das contas estão em acordo com a legislação de regularidade das contas e com a legislação aplicável.

Não foram detectadas alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, sendo considerados **itens regulares**: A aplicação dos recursos do FUNDEB; O percentual em relação ao índice constitucional relativo à saúde; A despesa total com pessoal do município; O limite percentual da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada; O limite percentual das Operações de Crédito em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada e o Limite percentual das operações de crédito em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada

No que diz respeito à LOA, embora esta tenha sido aprovada com um percentual de suplementação de 25%, a mesma teve seu percentual majorado para 30%, conforme lei municipal 1.716 de 2022.

Ainda nesse sentido, é de conhecimento dessa Comissão, conforme reiterado no parecer prévio, que o Tribunal tem considerado elevado o percentual de 30% para suplementação das dotações, tendo entendido como razoável, o percentual de 20%. Nesse sentido, houve recomendação para que a Lei de Orçamento anual seja elaborada o mais próximo possível da realidade da municipalidade.

Além disso, não foram empenhadas despesas sem recursos disponíveis, afastando o apontamento inicial de que houve comprometimento da execução orçamentária, uma vez que inicialmente a unidade técnica apontou que houve abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis do excesso de arrecadação.

No que diz respeito às operações de crédito, foi verificada inconsistência no Demonstrativo das Operações de crédito do SIMCOM, sendo recomendado que o atual gestor, juntamente com o responsável pela contabilidade, que promovam os ajustes necessários nos demonstrativos financeiros e que observem as orientações constantes da legislação aplicável.

Em relação ao PNE houve uma recomendação no sentido de que o atual gestor adote providências para que as peças orçamentárias municipais sejam formuladas assegurando a consignação de dotações orçamentárias adequadas e compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE, a fim de possibilitar sua plena execução.

Quanto ao balanço orçamentário, houve uma confrontação das informações enviadas via SICOM por meio dos Módulos Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público- DCASP, Instrumento de Planejamento-IP e Acompanhamento Mensal -AM, sendo apontadas algumas divergências, concluindo que não houve conformidade no envio das informações sobre as receitas municipais e os módulos citados, de forma que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

recomendado que caso ainda persistam essas inconsistências que sejam realizadas as devidas conciliações contábeis e que sejam observada as orientações previstas na LRF e nas normas de contabilidade aplicadas ao Setor Público.

CONCLUSÃO:

Face às considerações aqui expostas, após análise das votações dos conselheiros envolvidos, entendendo não haver nenhuma irregularidade grave ou dolosa que tenha sido apresentada, que conduza à rejeição das contas, esta comissão opina pela **APROVAÇÃO** da prestação de contas do exercício de 2022.

Câmara Municipal, 10 de fevereiro de 2025.

Comissão de Fiscalização, Finanças, Orçamentos e Tomadas de Contas:

Ana Cláudia Gomes
Presidente

Enzo Peixoto de Almeida
Relator

Divino Paulo Aquino
Membro